



Índice

- 01 [Copa das Árvores deve reunir 13 etnias indígenas em julho no AC](#)
- 02 [Carros para transporte de índios continuam abandonados no ES](#)
- 03 [Para quilombolas, Copa distante 'podia até ser em outro país'](#)
- 04 [Beckham toma banho de rio e visita índios que não sabem o que é futebol](#)
- 05 [Garota indígena morre ao ser atropelada de bicicleta por carro](#)
- 06 [Cadê a cota do meu povo, Presidente?](#)
- 07 [Funai deve ser multada em R\\$ 1,7 milhão por não demarcar terras em MS](#)
- 08 [Copa da Inclusão: 50 mil ingressos para estudantes e indígenas](#)
- 09 [Corrida é marcada por cultura indígena e muita lama](#)
- 10 [Encontros de povos tradicionais abrem inscrições](#)
- 11 [Indígena de 14 anos é encontrada morta depois de participar de festa](#)
- 12 [Indígena morre atropelada ao tentar atravessar o anel viário em Dourados](#)
- 13 [Governador entrega 167 casas à população indígena do Juruá](#)
- 14 [Justiça cobra obrigação da União na reforma da Casa de Saúde Indígena de Lábrea \(AM\)](#)
- 15 [Estudantes indígenas do Uiramutã reivindicam melhorias nas escolas da região](#)
- 16 [Porto Murtinho: Rio baixa e ribeirinhos ficam aliviados](#)



-
- 17** [Índio é morto em Aruanã](#)
 - 18** [Lideranças do povo Kaingang são libertadas no RS depois de decisão liminar do STJ](#)
 - 19** [Ação do MPF requer demolição de construções ilegais em Florianópolis](#)
 - 20** [Eliane Brum: Comunidade de ciganos vence preconceito ao torcer pelo Brasil](#)
 - 21** [Grandes projetos, um tormento na vida dos pobres \[1\], por Frei Gilvander Luís Moreira](#)
 - 22** [Terra Apinajé](#)
 - 23** [Sem energia elétrica, tribo segue Copa pelo rádio de pilha](#)
 - 24** [O eterno questionamento aos direitos indígenas em demarcações](#)
 - 25** [Delegado afirma: soltura dos índios prejudicou toda investigação sobre a morte dos agricultores em Faxinalzinho](#)
 - 26** [Documentário revela dificuldades dos índios guarani na atualidade](#)
 - 27** [Assejuv leva projeto Juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó](#)
 - 28** [Projeto alternativo auxilia comunidades paraenses na formulação do Cadastro Ambiental Rural](#)
 - 29** [Protesto na abertura da Copa rende apoio internacional para causa indígena](#)
 - 30** [Comunidades tradicionais litorâneas correm risco de desaparecer](#)



Copa das Árvores deve reunir 13 etnias indígenas em julho no AC

SÍTIO G1/AC, 21.06.2014

*Evento ocorre em aldeia no município de Marechal Thaumaturgo.
Visitantes de outros estados são esperados para a festa.*

Os indígenas da Aldeia Kuntamanã, localizada no Rio Tejo, no município de Marechal Thaumaturgo (AC), estão organizando a "I Copa das Árvores, essa copa tem raízes", cujo nome foi inspirado no Mundial de futebol. As atividades começam no próximo mês, entre os dias 10 a 17 de julho. Os organizadores do evento esperam a presença de 13 etnias do Acre, além da participação de pessoas de outros estados.

De acordo com o líder indígena e coordenador da Copa das Árvores, Haru Kuntanawa, o evento contará com atividades esportivas, jogos e campeonatos tradicionais, rituais sagrados, manifestações artísticas e culturais dos povos indígenas, sendo essa uma forma de apresentar para o mundo a diversidade encontrada nas aldeias.

Na oportunidade, serão apresentados modelos de desenvolvimento sustentável, através de práticas agroflorestais e tecnologias sociais, como forma de suprir as necessidades alimentares que se apresentam no dia a dia das comunidades indígenas e tradicionais. "Nossa copa tem raízes, dentro dela existe o conhecimento com a diversidade biológica e a pluralidade étnica e cultural. A copa traz um lembrete que dentro da floresta existem povos, e nós pretendemos mostrar como eles vivem", afirma.

O evento recebe ainda o apoio da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer (Setul). De acordo com a secretária Rachel Moreira, o evento fomenta o turismo da região nos diversos segmentos.

"A gente entende que apoiar a iniciativa privada, as instituições, a comunidade a desenvolver ações de turismo é o papel da nossa secretaria, pois não executamos ações de turismo, e sim fomentamos o turismo, apoiando essas iniciativas. A copa das árvores movimentará o turismo no Vale do Juruá. Já temos um grande número de participantes inscritos", diz.

Haru enfatizou que os terreiros da aldeia, onde serão recebidos os visitantes, são consideradas as arenas esportivas e culturais do local. Ele contou que o local de realização do evento é considerado sagrado, sendo essa uma aldeia milenar. Os interessados em participar devem fazer sua inscrição através do site.



Carros para transporte de índios continuam abandonados no ES

SÍTIO G1, 22.06.2014

*Seis veículos estão parados em calçada de aldeia em Aracruz.
Ministério da Saúde informou que está investigando situação.*

Seis veículos que deveriam realizar o transporte de índios de Aracruz, no Espírito Santo, até hospitais da região estão abandonados há mais de dois meses por falta de manutenção. De acordo com os moradores da aldeia Caieiras Velha, onde os veículos foram deixados sobre uma calçada, uma manutenção teria sido prometida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para o mês passado, mas até este sábado (21) a situação continuava a mesma. O Ministério da Saúde informou que o caso está sendo apurado.

Em maio, a comunidade indígena reclamou do descaso com a saúde. Segundo eles, além dos automóveis parados, o posto de saúde local também funciona de forma precária. Procurada, a coordenação da Sesai informou que orçamento para reformar os veículos já tinha sido recebido e que a reforma seria iniciada dentro de uma semana.

Um mês depois, a população ainda sofre sem poder contar com o transporte. "Esses carros aqui, em vez de estarem beneficiando a nossa comunidade, estão todos parados. A gente não usa para nada. Em questão de saúde, se a gente precisa, não tem", reclamou o índio Alessandro Santos.

O cacique de Caieiras Velha, Manoel do Santos, destacou que os veículos também seriam utilizados para atender às demais comunidades que estão presentes no município, mas que isso não acontece. "São 10 aldeias e aproximadamente 3.500 indígenas, e só tem um carro funcionando. Está fazendo falta demais", disse.

Com mais de 60 dias sob o sol, os automóveis já estão com pneus furados, os motores não funcionam e a lataria está perdendo a tintura. A gravidade da situação também é destacada pelo agente de saúde Wellington Pêgo. "Sem transporte, eles ficam sem atendimento. Inclusive já teve até morte da última vez porque não tinha nenhum funcionando", alegou.

O cacique disse que não está sendo possível aguentar a situação, e quer um prazo para que o problema seja solucionado. "Quero dar o prazo de até o dia 30 de junho se eles não resolverem essa situação, nós vamos tomar uma decisão e vamos fazer uma fogueira com esses carros", ameaçou. O Ministério da Saúde informou apenas que está apurando o caso.



Para quilombolas, Copa distante 'podia até ser em outro país'

SÍTIO BBC BRASIL, 22.06.2014

A Copa do Mundo está sendo disputada a apenas 60 quilômetros da comunidade quilombola de Mesquita, mas para os moradores poderia muito bem ser em outro país.

Desanimados com os preços dos ingressos, eles se queixam de que não podem aspirar a ver os jogos no Estádio Nacional, em Brasília. A Fifa afirma que ingressos a baixo custo foram colocados à venda para os brasileiros.

O quilombo foi fundado por escravos fugidos 300 anos atrás. Até hoje, os moradores não se sentem totalmente integrados a um país que seus antepassados ajudaram a construir.

Beckham toma banho de rio e visita índios que não sabem o que é futebol
SÍTIO G1/FANTÁSTICO, 22.06.2014

'Foi revigorante! ', diz Beckham, que aproveitou tudo o que pôde no Brasil. Aventura começou no Rio de Janeiro e terminou na selva amazônica.



Os ingleses têm que rodar 500 quilômetros em terra batida e vão fazendo amigos pelo caminho. Tudo dá certo até que a corrente solta, e eles têm que esperar por ajuda.

"Eu não me lembro da última vez que sentei num lugar assim, sem um lugar para ir, sem ter onde chegar. Eu estou louco para tomar uma boa chuva na floresta", diz Beckham.

Só que aqui não tem chuveiro, não. O banho é de rio. No dia seguinte, ainda tem muito chão pela frente. "Olha essa estrada! Foi o que imaginei quando viemos para o Brasil andar de moto na Amazônia. Exatamente o que eu pensei. É excitante! Eu me sinto com 17 anos", afirma o ex-jogador.

A estrada segue para Roraima, e o caminho não é nada fácil. "Eu não vou mentir. Estou nervoso!", confessa.

O guia avisa que é preciso seguir a pé e encontrar um local para acampar. Eles mudam o foco para o jantar: galinha assada na fogueira. David Beckham, comendo com a mão.

CONT.



A viagem continua agora numa estrada asfaltada, mas não tem frescor. Começa uma chuva daquelas.

A próxima etapa é rumo a uma tribo indígena. Só se chega lá de avião. Eles pousam no que sobrou de uma antiga estrada e encontram os ianomâmis. "Eu nunca estive num lugar assim. É muito isolado, parece outro mundo", comenta Beckham.

As crianças ficam confusas com as tatuagens. Tentam apagar. Que bonitinhas!

"Eu não consigo entender com é que alguém pode querer mudar essa cultura, porque é muito especial", diz Beckham.

Na tribo, todo mundo trabalha em equipe.

"É difícil na minha vida fazer novos amigos. Eu vivo num mundo onde as pessoas querem ser suas amigas para ganhar alguma coisa, mas essa viagem prova a amizade que a gente tem. Eu estou em São Paulo agora, quase pegando o meu voo. Estou com saudade das crianças e da Victoria. Eu ficaria muito feliz em vê-los. Estava olhando os meus horários para os próximos dois meses e o próximo dia de folga é daqui a um mês e meio, por aí. Então, conseguir conhecer pessoas nessa viagem me deu muita energia, muita positividade. Foi revigorante!", destaca Beckham.



Garota indígena morre ao ser atropelada de bicicleta por carro

SÍTIO G1/SC, 22.06.2014

*Acidente aconteceu no fim de noite de sábado em Garuva, no Norte de SC.
Segundo PRF, garota estava atravessando rodovia quando foi atingida.*

Uma garota indígena morreu ao ser atropelada na noite de sábado (21) na BR-101 em Garuva, no Norte catarinense. Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a vítima estava de bicicleta quando foi atingida por um Focus, por volta das 22h50.

Quando os socorristas chegaram, Daniela Tibe, de 14 anos, já estava morta. A PRF não soube informar se a menina estava sozinha no momento do acidente e se o motorista do carro chegou a fazer teste do bafômetro.

O corpo de Daniela foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) de Joinville. De acordo com informações do IML, às 14h deste domingo (22) a vítima já havia sido identificada por familiares e o corpo liberado.

Atropelamento em Biguaçu

Algumas horas antes, por volta das 20h10, um homem também morreu ao ser atropelado por um carro na BR-101. O acidente aconteceu no km 192,5 da rodovia em Biguaçu, na Grande Florianópolis. O condutor do Ecosport, com placas de Florianópolis, não se feriu. O corpo do pedestre foi levado ao IML da capital.



Cadê a cota do meu povo, Presidente?

SÍTIO FOLHA VALE DO CAFÉ, 23.06.2014

A Presidente Dilma sancionou a Lei 12.990/14, que garante 20% das vagas oferecidas em concurso públicos para cidadãos brasileiros que se autodeclaram negros. Três anos antes, Sérgio Cabral Filho, como Governador do Rio, sancionou a Lei Estadual 6.067/11, que garante a mesma reserva de vagas não somente para os que se autodeclaram negros, mas índios também.

E aqui vai a reclamação de alguém diretamente prejudicado por essa diferenciação: por que o Governo Federal resolveu que índios não merecem cotas? Por que o PT resolveu discriminar a minha raça? Para quem não sabe, minha avó por parte de pai é índia Charrua da fronteira do Rio Grande do Sul, que desde 2007 é reconhecida como etnia indígena pelo Senado Federal e mais recentemente pela Funai.

Eu comecei com essa introdução, mostrando que eu mesmo tenho direito a algum tipo de cota, para ter o direito cidadão fundamental de expressão. No Brasil "politicamente correto" da era PT, se você não faz parte de algum povo historicamente oprimido, você é um opressor, dentro de uma dicotomia que deslegitima hoje o discurso da classe média branca, masculina, heterossexual e cristã. Como sujeito historicamente oprimido, agora eu posso continuar minha argumentação com legitimidade.

Já escrevi em outras oportunidades sobre o problema da quebra do princípio da isonomia, segundo o qual o Estado deve tratar todos os cidadãos de maneira igual, sem distinção de cor, credo, classe social, sexo, opção sexual, ou outro parâmetro qualquer. Quando, nas faculdades de Direito, se argumenta que o princípio da isonomia deve ser lido de forma que "os iguais devem ser tratados com igualdade e os desiguais tratados com desigualdade", abre-se uma porta que não pode ser fechada. Se é o próprio Governo que decide quem é igual e quem é desigual, resta evidente que haverá uma sistemática discricionariedade onde grupos de interesse organizados pedirão benesses e subsídios às custas de toda a sociedade sob o argumento de serem "desiguais".

Esse argumento da desigualdade acaba por legitimar tratamento anti-isonômico racial, como o feito ontem pela Presidente Dilma em favor de negros, assim como legitima tratamento anti-isonômico econômico, ao injetar bilhões de reais em recursos públicos em empreiteiras e "campeões nacionais", como no caso do Grupo X e da JBS/Friboi. Quando a regra do tratamento igual é quebrada, o desigual com maior capacidade de organização sempre vai levar a melhor, se locupletando com recursos econômicos transferidos da sociedade para o Estado. Não há mais preocupação com produção e satisfação do consumidor, mas sim com lobby e satisfação de políticos. Todo tratamento anti-isonômico é chancelado, legitimado e aplicado.

Não posso deixar então de citar Stanislaw Ponte Preta: "ou restaure-se a moralidade ou

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

locupletemo-nos todos". Presidente Dilma, cadê minha cota de índio?

*Diretor do Instituto Liberal, Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ) e professor de Economia Política das Faculdades de Direito da UERJ e da UFRJ



Funai deve ser multada em R\$ 1,7 milhão por não demarcar terras em MS

SÍTIO TOP NEWS, 23.06.2014

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul irá pedir execução judicial de multa contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2007, prevendo a demarcação dos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul. A multa diária é de mil reais e o valor acumulado chega a R\$ 1,716 milhão (calculado em 13/06).

Como a multa representa perda de patrimônio da União e consequente prejuízo a toda a sociedade, o MPF oficiou a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, para que esclareça a expressão "(...) devem ser observados ajustes cronológicos, em consonância ao contexto sociopolítico hoje encontrado para atuação indigenista na Unidade federada em referência". Especificamente, se houve ordem, escrita ou verbal, emanada da Casa Civil da Presidência da República e/ou do Ministério da Justiça, para que o TAC não fosse cumprido.

O MPF também peticionou à Justiça pela responsabilização pessoal da presidente, com estabelecimento de multa, por descumprimento de decisão judicial que determinou que a Funai se manifestasse sobre prazos e condições em que faria a demarcação das terras indígenas em MS.

O descumprimento de acordos assinados e, posteriormente, executados judicialmente, lança sombras sobre a eficácia das mesas de diálogo realizadas pelo governo federal para mediar conflitos indígenas.

Entenda o caso

Em 12 de novembro de 2007, a Funai assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, que estabeleceu uma série de obrigações para a Fundação, que deveriam resultar na entrega de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas no estado, em 30 de junho de 2009. A Funai também deveria ter encaminhado ao Ministro da Justiça, até 19 de abril de 2010, os procedimentos referentes à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Nada foi feito.

Muito índio, pouca terra

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul.

CONT.



A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes - é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas.

Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 12 mil pessoas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa. O procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida aponta que "esta condição demográfica é comparável a verdadeiro confinamento humano. Em espaços tão diminutos é impossível a reprodução da vida social, econômica e cultural.



Copa da Inclusão: 50 mil ingressos para estudantes e indígenas

SÍTIO VERMELHO, 23.06.2014

Pela primeira vez na história das Copas, beneficiários de programas sociais e populações indígenas estão recebendo 50 mil ingressos para assistir às partidas do Mundial. O Governo Federal distribuiu 48 mil ingressos doados pela FIFA para estudantes de escolas públicas de período integral, beneficiários de programas sociais, nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, e outros 2 mil para a população indígena.

Nas 12 cidades, 901 escolas públicas foram selecionadas por meio de sorteio, baseada na Loteria Federal. Dentro das escolas, cada estudante sorteado ganhou dois ingressos para assistir ao jogo acompanhado de uma pessoa maior de idade.

As escolas selecionadas têm maioria de alunos em situação de vulnerabilidade social e fazem parte do programa Mais Educação. O programa, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo aumentar a jornada dos alunos nas escolas públicas em até sete horas diárias.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) age em conjunto com o Ministério da Educação para que o programa alcance prioritariamente as escolas em situação de maior vulnerabilidade. Por meio do cadastro do programa Bolsa Família, o Governo Federal detecta as escolas com maioria de alunos beneficiários e as estimula a aderirem ao período integral.

Como resultado, entre 2011 e 2013, o número de escolas com maioria de alunos do Bolsa Família que aderiram ao Mais Educação aumentou em seis vezes. Em 2013, das 48,5 mil escolas do programa Mais Educação, 31,7 mil tinham maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família.

A seguir a história de dois personagens sorteados com ingressos para a Copa:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulysses Guimarães, em Parelheiros, periferia de São Paulo (SP), foi uma das escolas sorteadas. Onze de seus alunos assistiram ao jogo de abertura do Mundial, Brasil x Croácia. O estudante Henrique Eduardo da Silva, de 16 anos, é beneficiário do Bolsa Família e foi um dos premiados. Sua família tem cinco pessoas, que vivem com um salário de R\$ 800, proveniente do trabalho do pai, Antonio da Silva, em um lava-jato. A renda é complementada por R\$ 112 mensais do Bolsa Família.

Tayhane Rodrigues da Silva (foto à direita), de 9 anos, que é apaixonada por futebol e uma das poucas meninas que jogam bola na escola, também foi sorteada. Tayhane mora em Águas Lindas (GO), na região do entorno da capital federal, e pratica futebol na Escola Classe 407 Norte, em Brasília (DF), durante o recreio e nas atividades esportivas do Programa Mais Educação. Filha de um catador de recicláveis e de uma faxineira, ela escolheu o pai para

CONT.



acompanhá-la ao Estádio Nacional Mané Garrincha, no jogo Brasil x Camarões, hoje segunda-feira (23), em Brasília.

A distribuição dos 48 mil ingressos para estudantes, por cidade-sede, ficou assim:

Belo Horizonte – 43 escolas, 2.228 ingressos para estudantes
Brasília – 27 escolas, 1.344 ingressos para estudantes
Cuiabá – 109 escolas, 7.016 ingressos para estudantes
Curitiba – 124 escolas, 7.556 ingressos para estudantes
Fortaleza – 146 escolas, 7.282 ingressos para estudantes
Manaus – 36 escolas, 1.782 ingressos para estudantes
Natal – 57 escolas, 2.812 ingressos para estudantes
Porto Alegre – 116 escolas, 5.824 ingressos para estudantes
Recife – 113 escolas, 5.674 ingressos para estudantes
Rio de Janeiro – 11 escolas, 524 ingressos para estudantes
Salvador – 76 escolas, 3.836 ingressos para estudantes
São Paulo – 43 escolas, 2.122 ingressos para estudantes



Corrida é marcada por cultura indígena e muita lama

SÍTIO WEBVENTURE, 23.06.2014

Confira como foi a Guaranis Race na Praia de Boracéia, em São Paulo

Quem se aproximava da Aldeia Rio Silveiras já sentia o tom da prova. A chuva dos últimos dias preparou um caminho de muita lama para a Guaranis Race, que aconteceu na Praia de Boracéia, litoral de São Paulo.

Os atletas iniciaram os 13 quilômetros de percurso em trilhas cercadas pela Mata Atlântica com uma benção do cacique Taruan, atravessaram o Rio Silveiras, escorregaram algumas vezes e enfrentaram muita sujeira pelo caminho.

Enquanto aguardavam o fim da corrida, amigos e familiares puderam comprar produtos artesanais, experimentar as delícias da culinária indígena, pintar os rostos e também visitar a aldeia onde vivem os índios da etnia Guaraní.

E quando todos já estavam imersos nessa troca de culturas, o corredor Lúcio Lopes dos Santos cruzou a linha de chegada como primeiro colocado da prova. "As trilhas foram bem puxadas, tinha muita lama e eu atolei algumas vezes, mas prova de montanha é isso, foi show de bola", afirma Lúcio.

No fim, cansados mas muito alegres, corredores e índios se divertiram e comemoraram juntos o sucesso da Guaranis Race.

Resultados:

Masculino Geral

- 1 lugar - Lúcio Lopes dos Santos - 364 - tempo 00:58:49
- 2 lugar - Nilton Lucio Evangelista - 296 - tempo 01:03:34
- 3 lugar - Rafael Marrone Fonseca - 319 - tempo 01:04:30

Feminino Geral

- 1 lugar - Andreia Sekine Miranda - 191 - tempo 01:09:47
- 2 lugar - Cissa da Silva Pecca - 316 - tempo 01:12:01
- 3 lugar - Luzia Bello - 259 - tempo 01:13:08



Encontros de povos tradicionais abrem inscrições

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.06.2014

Objetivo dos eventos é avaliar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Estão abertas as inscrições para a chamada pública que disponibiliza vagas para participação nos Encontros Regionais dos Povos e Comunidades Tradicionais. O prazo se encerra no dia 4 de julho. Os encontros serão realizados em Cuiabá (MT) entre 12 a 15 de agosto, e em Curitiba (PR) entre os dias 25 a 29 do mesmo mês.

Podem participar da chamada entidades ou instituições que sejam representativas de povos e comunidades tradicionais. Conheça os critérios de seleção do evento. As inscrições podem ser feitas pelo emailencontropct@mds.gov.br, por meio do envio da ficha de inscrição.

Os encontros têm o objetivo de avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto 6.040/2007, com ênfase no acesso aos territórios e regularização fundiária.

O evento é promovido pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), formada por representantes do governo e da sociedade civil. A CNPCT é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Indígena de 14 anos é encontrada morta depois de participar de festa

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 23.06.2014

Uma jovem indígena de 14 anos foi encontrada morta, no domingo (22), na Reserva Indígena de Dourados – a 233 quilômetros de Campo Grande. A polícia trabalha com hipótese de suicídio. Clarice Oliveira Arce teria se matado depois de participar de uma festa.

A jovem passou a noite de sábado (20) e a madrugada de domingo em uma festa. Conforme o site Dourados News, ela voltou à casa onde morava com a família e disse que iria tomar banho.

Depois de algum tempo se retornar, a família foi procurar a jovem, que não estava no banheiro. A adolescente foi encontrada pendurada em uma árvore da casa onde morava.

A perícia da Polícia Civil foi acionada, mas não compareceu ao local. De acordo com o site local, o instituto alegou falta de segurança para desenvolver o trabalho. O fato teria revoltado a comunidade.

Índice de suicídios – Estudo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) revela que o índice de suicídios entre indígenas de Mato Grosso do Sul é o maior em 28 anos. Em 2013, foram contabilizados 73 casos de suicídios entre os indígenas do Estado. Das 73 vítimas, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos.

Conforme o Cimi, no período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS. O número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos.

“As atuais condições de vida desses indígenas, que desembocam em estatísticas assombrosas de violência, têm origem num processo histórico”, explicou Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal em Dourados, ao Cimi.
Campo Grande News



Indígena morre atropelada ao tentar atravessar o anel viário em Dourados

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 23.06.2014

A indígena Plácida Soares Fernandes, de 41 anos, moradora na aldeia Bororó, morreu no início da noite deste domingo quando tentava atravessar o anel viário em Dourados, entre as rodovias Guaicurus e a MS- 156, região da aldeia.

Segundo a polícia, ela foi atropelada por um veículo Renault Logan branco com placa de Campo Grande que seguia no sentido Ponta Porã/Campo Grande. O condutor de 34 anos, morador na Capital, disse que a mulher entrou repentinamente na via, não sendo possível evitar a colisão.

Uma equipe do Samu foi acionada, mas chegando ao local a vítima já estava morta. O corpo da indígena foi encaminhado ao instituto de médico legal (IML). A polícia civil e perícia técnica de Dourados investigam as causas do acidente.

Governador entrega 167 casas à população indígena do Juruá

SÍTIO O RIO BRANCO, 23.06.2014



As habitações foram construídas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural do governo federal (PNHR)

Os povos indígenas da Terra Indígena Campinas/Katuquina pararam para um momento especial. O governador Tião Viana entregou na manhã de quarta-feira, 5, 167 casas que serão a nova moradia de centenas de famílias indígenas das aldeias de Cruzeiro do Sul e Tarauacá. As habitações foram construídas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural do governo federal (PNHR) em parceria com a Caixa Econômica, num investimento de R\$ 5,3 milhões.

“Esse é um momento de encontro pela qualidade de vida. Nós colocamos a identidade e a cultura indígena nessas casas, preservando seus valores. Estamos fazendo um esforço muito grande, mas queremos resultados também. Temos novos desafios, principalmente na produção e segurança alimentar, mas estamos de mãos dadas”, disse Tião Viana.

Na primeira etapa do programa, foram contemplados os índios das aldeias Kamanawa-Campinas (33); Waninawa (13); Varinawa (27); Samaúma (30); Masheya (11); Bananeira (13) e Pinuya, em Tarauacá, (40 casas). A segunda etapa, que já está em contratação, planeja 400 habitações indígenas em Feijó. As casas foram entregues sem custo para os índios.

CONT.



As habitações vão mudar a vida de muita gente, como a indígena Rita Rosa Katuquina, que perdeu o marido e cuida de seis crianças. “Ah, é linda demais, boa demais. Eu nunca imaginei que ia receber uma casa dessas. Estou muito feliz pelo governo ter feito isso pela gente”, comemorou. A casa tem 68 metros quadrados, com banheiro, área frontal e lateral, feita em madeira, com base de concreto.

O secretário de Habitação de Interesse Social, Rostenio Sousa, comemorou o resultado do projeto criado a partir do programa Minha Casa, Minha Vida e agradeceu o apoio da presidenta Dilma Rousseff. “Após 10 meses de trabalho intenso estamos aqui, concluindo a realização desse sonho. Um sonho dos povos indígenas de uma habitação digna, confortável e que ainda respeita sua cultura”, reforça o secretário.

Valorização dos povos

Além das casas, o governo realiza um investimento de R\$ 35 milhões para o fortalecimento dos povos indígenas. Como o Água para Todos, do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (Depasa), a criação de uma indústria de polpa de fruta para a produção indígena, gestão territorial e manejo comunitário pela Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), o trabalho de impacto das estradas feito pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Acre (Deracre), entre muitos outros projetos.

Para o assessor especial dos povos indígenas, Zezinho Kaxinawa, o momento é de fortalecimento e união. “Estamos tendo muitos investimentos nessa gestão do governador Tião Viana, acompanhado algo que começou no governo do Jorge Viana, porque antes de 2000, ninguém parecia olhar pros índios”, conta o assessor.

Para o cacique da aldeia, Fernando Katuquina, não há palavras para explicar o sentimento de agradecimento: “Eu tenho toda a gratidão a todos que conseguiram isso pra nós. Nunca pensei que iríamos realizar esse sonho. Agora vamos zelar e cuidar de nossas casas. Somos índios, queremos uma vida melhor. Por séculos nunca olharam pra gente. Mas isso agora tem mudado”



Justiça cobra obrigação da União na reforma da Casa de Saúde Indígena de Lábrea (AM)

SÍTIO A CRÍTICA, 23.06.2014

Sentença que confirmou decisão liminar anterior determina que União comprove cumprimento de cronograma de reforma em 45 dias, sob pena de multa

A pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal determinou, em sentença, que a União apresente documentos que comprovem o cumprimento do cronograma de reforma da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Lábrea (distante 702 quilômetros de Manaus). A reforma havia sido determinada à União por decisão liminar, para suprir as deficiências estruturais e sanitárias apontadas em ação civil pública encaminhada à Justiça Federal pelo MPF/AM.

A sentença judicial obriga ainda a União a providenciar a manutenção de contratos administrativos e reparo nos veículos avariados indispensáveis ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Casai sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500.

A ação civil pública, com pedido de liminar, foi encaminhada à Justiça Federal pelo MPF/AM no dia 10 de dezembro de 2012, o Dia D da Saúde Indígena, organizado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Em janeiro de 2013, a Justiça Federal, em decisão liminar, concedeu prazo de dez dias para que a União apresentasse o cronograma de reforma da Casai sob pena de multa diária de R\$ 500. Determinou também que, 30 dias após a apresentação do cronograma, as obras de reforma deveriam ser iniciadas, sob pena de multa diária de R\$ 500 em caso de descumprimento.

O MPF/AM destaca que as Casas de Saúde Indígena são, ao lado das unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), um importante componente no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. A principal função da Casai é estabelecer uma interface entre as aldeias e as unidades do SUS localizadas no município de referência. A Casai de Lábrea deve oferecer, em articulação com o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Médio Purus, condições para receber, alojar e alimentar os índios em tratamento de saúde e seus acompanhantes. Deve, ainda, estar apta a prestar serviço de enfermagem 24 horas por dia ao indígena enfermo.

Durante a apuração do caso, foram identificados sérios problemas no atendimento aos pacientes e acompanhantes que utilizam os serviços da Casai de Lábrea, como falta de leitos e problemas no transporte de pacientes. Relatório do Dsei Médio Purus apontou que as instalações da Casai estão precárias, necessitando de obras de manutenção como pintura interna e externa, reparos no telhado, nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.

CONT.



Dia D da Saúde Indígena

Em 10 de dezembro de 2012, diversas unidades do MPF no país desenvolveram atividades relacionadas à garantia da saúde dos povos indígenas, em uma atuação concertada que foi chamada de Dia D da Saúde Indígena, com o fim de mostrar que os problemas constatados nos Dseis, nos polos-base, nas aldeias e nas Casais não devem ser vistos de forma isolada. Trata-se de uma realidade comum às diversas regiões do país, que decorre de uma flagrante ineficiência da prestação do serviço, de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

No Dia D da Saúde Indígena, o MPF/AM ajuizou três ações civis públicas e expediu 15 recomendações a diversos órgãos e municípios, relacionadas a problemas como falta de medicamentos básicos, falta de água tratada nas aldeias e más condições de estrutura para atendimento de indígenas no interior do Estado.

*Com informações de assessoria de comunicação.



Estudantes indígenas do Uiramutã reivindicam melhorias nas escolas da região
SÍTIO BV NEWS, 23.06.2014

No total, são 168 estudantes beneficiados atualmente, inclusive de outras comunidades indígenas

Alunos da escola estadual indígena Koko Isabel Macuxi, localizada na comunidade da Enseada, no município de Uiramutã, solicitaram adequações do espaço físico da instituição de ensino com a construção de mais quatro salas de aula e demais acomodações. No total, são 168 estudantes beneficiados atualmente, inclusive de outras comunidades indígenas.

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno e conta no momento com 22 professores que se revezam em apenas duas salas de aula, atendendo alunos do ensino fundamental, médio normal e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O local não dispõe de biblioteca, laboratório e sequer de banheiros adequados para o uso dos estudantes.

“Nós precisamos destas melhorias para dar aos alunos desta região um ensino de qualidade, oportunizando a cada um deles o aprendizado que tanto desejam e merecem ter”, enfatizou a professora do ensino fundamental e médio, Denise Almeida.

A solicitação foi feita por meio de um ofício entregue, em mãos, pelos alunos daquela escola ao governador Chico Rodrigues, que constatou “in loco” as necessidades de melhorias do local prontificando-se em sanar os problemas encontrados.

Uma equipe da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinf) será enviada para fazer uma avaliação técnica ainda nesta semana.

Segundo o estudante do 1º ano do ensino médio, Adenilson Francisco, a expectativa é de que a solicitação seja atendida. “A visita do governador à nossa escola dá uma esperança de que ele, vendo a nossa realidade, possa olhar com mais carinho para o nosso povo e assim nos ajudar”, disse.



Porto Murtinho: Rio baixa e ribeirinhos ficam aliviados

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 23.06.2014

O nível do Rio Paraguai diminuiu quatro centímetros nos últimos três dias, trazendo alívio para a população na região de Porto Murtinho, no oeste de Mato Grosso do Sul. Ontem, a régua da Marinha marcou 7,12 metros de nível do rio, que na sua última grande cheia, em 2011, não passou dos 6,84 metros.

Na última semana, o problema tinha se agravado com a chuva que alagou parte da cidade, desabrigando 42 pessoas. Todas as vítimas foram acolhidas pela prefeitura. Segundo o secretário Municipal de Obras, Fábio Marques Ribeiro, quatro bombas do dique que protege a cidade foram ligadas para retirar a água da região atingida.
saiba mais

O secretário tranquilizou a população destacando que não há o risco de a água passar por cima do dique, que tem capacidade para suportar até 11 metros do nível do Rio Paraguai. Porém, a grande preocupação é com a Ilha Margarita, que fica na outra margem do rio, no lado paraguaio. "A ilha está quase toda encoberta", lamentou.



Índio é morto em Aruanã

SÍTIO DM.COM, 23.06.2014

Um índio da Tribo Carajá morreu após se envolver em uma confusão na noite do último domingo (22), no praça central da cidade de Aruanã.

A Polícia Militar (PM) informou que foi acionada por uma terceira pessoa, a qual informou que o indivíduo morto teria ido brigado com um outro elemento. Segundo a PM, no momento em que chegaram ao local, encontraram Gesse Moraes dos Santos (Carajá) já sem vida.

De acordo com a polícia não há informações sobre a motivação do crime e sobre a autoria do mesmo. O Instituto Médico Legal (IML), removeu o corpo do local.



Lideranças do povo Kaingang são libertadas no RS depois de decisão liminar do STJ
SÍTIO CIMI, 23.06.2014

Cinco lideranças indígenas do povo Kaingang da Terra Indígena Kandóia, município de Faxinalzinho, Rio Grande do Sul que, injustamente, acabaram sendo presas no último dia 9 de maio pela Polícia Federal, foram libertadas neste domingo, 22. Deoclides de Paula, Celinho de Oliveira, Daniel Rodrigues Fortes, Nelson Reco de Oliveira e Romildo de Paula já estão na aldeia.

A libertação ocorreu em função de uma decisão liminar concedida pelo ministro Rogério Schietti Cruz do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na noite de sexta-feira, 20. A decisão do ministro atende pedido de liminar apresentado em habeas corpus impetrado pelos advogados de defesa das lideranças indígenas e caça a prisão temporária das lideranças que estavam no Presídio Estadual do Jacuí, em Charqueadas (RS).

O STJ, então, restabelece a justiça no caso, uma vez que não há provas que incriminem as lideranças Kaingang acusadas pelo delegado da Polícia Federal de Passo Fundo, Mário Viera, responsável pelo inquérito, pelos assassinatos de dois agricultores. O delegado, até o momento, não disponibilizou o inteiro teor do inquérito aos advogados de defesa dos indígenas.

Em dia 17 de junho, Onir Araújo, um dos advogados defensores dos indígenas, esteve na sede da Polícia Federal em Passo Fundo e requisitou cópia do inquérito. Mais uma vez foi negado. A alegação era de que "dr. Mário Viera estava em missão" e regressaria ao município somente no início da segunda quinzena do mês de julho. Com isso, o direito de defesa das lideranças indígenas está prejudicado.

Os Kaingang de Kandóia presos consideram que a decisão do STJ poderá restabelecer a sensatez, a isenção e a serenidade nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e que, a partir da conclusão do inquérito e da intervenção do Ministério Público Federal se consiga, no âmbito do Poder Judiciário, chegar a uma conclusão justa acerca dos conflitos que envolveram agricultores de Faxinalzinho e indígenas.

Além disso, as lideranças avaliam que é urgente a atuação do Ministério da Justiça na região norte do Rio Grande do Sul, no sentido de concluir os procedimentos de demarcações das terras, que se encontram paralisados, e com isso evitar tensões e injustiças contra a comunidade de Kandóia.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), juntamente com outros movimentos e entidades de defesa dos direitos humanos, se manterá atento e acompanhando o transcorrer das investigações deste caso, bem como denunciará as violações aos direitos indígenas e a criminalização de lideranças que lutam pela demarcação de suas terras.

Brasília, 23 de junho de 2014
Conselho Indigenista Missionário



Ação do MPF requer demolição de construções ilegais em Florianópolis

SÍTIO PR/SC, 23.06.2014

Estruturas passam por ranchos de pesca e ocupam área de preservação permanente

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública, requerendo a demolição e remoção das estruturas utilizadas para festas, bares e residências, em ranchos de pesca com uso desvirtuado, que estão irregularmente ocupando área de preservação permanente (APP) e de uso comum dos cidadãos no bairro Saco dos Limões, em Florianópolis (aterro da Via Expressa Sul).

A procuradora da República Analúcia Hartmann esclarece que o objeto da ação não são os ranchos construídos pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) para os pescadores profissionais da região, como parte das medidas compensatórias pela construção da Via Expressa Sul, mas sim outras construções alheias ao licenciamento e realizadas nas proximidades do túnel, sem cadastro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SC) e sem qualquer autorização legal.

A ação requer que a União e a Prefeitura Municipal de Florianópolis tomem medidas que previnam novas ocupações, realizem as demolições das construções irregulares e promovam a recuperação ambiental integral da área degradada.

ACP nº 5021445-80.2014.404.7200



Eliane Brum: Comunidade de ciganos vence preconceito ao torcer pelo Brasil

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 23.06.2014

A cigana Daiane Rocha sonha tanto com os gols da seleção no jogo contra Camarões quanto com a repetição de um gesto. Daiane espera que os moradores ao redor do acampamento, na cidade-satélite de Santa Maria, no Distrito Federal, olhem para ela e torçam com ela, reconhecendo-a como brasileira. A primeira vez que isso aconteceu foi na abertura da Copa do Mundo, quando o Brasil venceu a Croácia. Os 65 ciganos comemoraram cada um dos três gols e dançaram na vitória. Do outro lado da rua, os moradores, que até então os haviam rechaçado, torceram com eles, riram com eles, levantaram os braços em sinal de vitória. Ao sentir-se reconhecida como igual, Daiane chorou. Era um milagre do futebol.

Para alcançar o tamanho do gesto é preciso compreender a profundidade da rejeição. Quando montaram acampamento, seis meses atrás, as barracas eram apedrejadas à noite. A comunidade não os queria ali. "A gente botava as crianças no meio, pra proteger. Nos chamavam de bandido, minha barraca rasgou com uma pedra", conta Daiane, 25. "No primeiro dia chegamos cansados, com fome e com sede. Eu e minhas irmãs fomos de casa em casa pedir um balde de água, de uma ponta a outra da rua, e ninguém deu. Então, quando me olharam e fizeram aquele gesto de levantar os braços, torcendo, chorei. Era como se eles dissessem que eu era igual, que eu também era brasileira. Aquele movimento de torcer foi como uma ponte."

Brasileiros há mais gerações do que conseguem lembrar, os ciganos vivem uma realidade única: lutam para resistir como cultura, mas precisam esconder a cultura para sobreviver no cotidiano. A marca visível de sua diferença, num país tão mestiço quanto o Brasil, não se dá na cor da pele, mas no que colocam sobre ela. "Ser cigano é andar de chapéu, ter bigode e uma boca com dentes de ouro", diz Wanderley da Rocha, 48 anos, um dos líderes. E, esclarecendo a grafia: "Wanderley com y, olha que invocado!". Depois, clarifica o bigode: "Se eu tirasse o bigode, não podia falar com você. Ia sair correndo, me enfiava no mato, por estar nu". O sorriso dourado é garantido por oito dentes de ouro. Para quem é nômade, toda a riqueza é carregada na boca, junto com a fala.

Os homens vivem de negociar. No caso de Wanderley e de sua comunidade, cavalos e carros. Negócios entre pobres. "Um cavalo de carroça, profissional", custa R\$ 2.000. Os carros enfileirados são modelos antigos, dos anos 90, vendidos a preços que variam entre R\$ 2.500 e R\$ 4.000. Por fazer negócios dentro do acampamento, eles podem exibir o seu colorido. As mulheres, não.

Elas saem logo cedo, pela manhã, para vender panos de prato nas ruas e nas feiras. Antes, se fantasiam. Para elas, fantasiar-se é um contrário. Tiram as longas saias coloridas, os cintos vistosos, os brincos enormes. Botam jeans e camiseta, ou um short, viram qualquer uma. É um paradoxo: para tornar-se visíveis precisam tornar-se invisíveis. "Se não nos fantasiamos,

CONT.



não vendemos nada", explica Daiane. "Se souberem que sou cigana, não vendo um pano de prato e ainda me humilham", diz Rosalina, 28 anos. "Eu tinha duas coroas de prata na boca, que eu gostava muito, mas elas me denunciavam e tive que tirar. Tenho de me disfarçar e, mesmo assim, não sei como, me descobrem. Me obrigam a abrir a bolsa pra provar que não roubei nada." Shirlene, 22 anos, faz um curso de enfermagem, mas escondeu das colegas que é cigana. "Só vou contar na formatura. Aí vou botar as minhas roupas e apresentar a família."

Daiane, contrariando o senso comum, foi levada do acampamento, aos 12 anos, por uma não cigana, que namorava o tio. A mulher a colocou para pedir na rua, depois de 20 dias ela fugiu. Dormiu em estação de trem, foi acolhida por uma igreja evangélica. Quando fazia um ano e meio que trabalhava num salão de beleza do Recife, começou a chorar. "Eu sou cigana", confessou, toda salgada. Fizeram para ela uma página no Facebook, para ajudá-la a encontrar o pai. Um dia alguém disse: "Não sei se é seu pai, mas tem dente de ouro na boca". Era. Daiane desmaiou. As clientes juntaram o dinheiro da passagem, e ela voltou, 12 anos depois. Poderia ser uma novela de Dias Gomes.

Os ciganos vivem sob suspeição. Em especial grupos pobres, como o de Wanderley. A brutalidade, marcada no DNA da História, tem provocado um curioso fenômeno. Nômades, da etnia calon, a comunidade de Wanderley reivindica a fixação. O movimento, que era lugar, virou um não-lugar. "Cansamos de viajar e não conseguir montar as barracas, porque não deixam. É muito difícil ser expulso de um canto a outro, já sofremos demais."

O grupo reivindica junto ao governo do Distrito Federal um pedaço de terra em outra cidade-satélite, a de Sobradinho. Mas não usam o termo "terra". Wanderley sempre diz "endereço". Sem "endereço", segundo ele, "um brasileiro não tem credibilidade". É possível ser nômade sem movimento? Wanderley interpreta: "Cigano é aquele que segue, morador é o que mora. Nós seremos ciganos que moram".

Muitos não tinham carteira de identidade. A última a fazer a sua foi Sara, 19 anos. Fez para se igualar. Ela sofre com cálculos renais e tinha dificuldade para receber atendimento no SUS. "Várias vezes eu ficava no corredor, me contorcendo de dor, mas não me atendiam por eu não ter documentos", conta. Sara não existia, sequer a tinham registrado, porque a vida do seu povo seguia outra lógica do que é existir. Quando fez a carteira de identidade, a família preocupou-se. Sara teve uma reação emocional, não conseguia comer, emagreceu. Segundo ela, três quilos foi o que perdeu ao ganhar um lugar no cadastro. É sua primeira Copa como brasileira oficial.

É uma nova brasilidade cigana em formação. Contraditória, com pitadas de realismo mágico. Mais brasileiros não poderiam ser. A maioria do grupo é evangélica pentecostal, alguns recebem Bolsa Família. Wanderley ainda exige que as filhas se casem sem namorar, e provem a virgindade na marca do lençol. Ele fala a língua dos calon entre os seus e o português com todos os outros. Como um cigano de Brasília, domina ainda a língua oficial, repleta de termos como "cidadão de direitos". Movimenta-se com desenvoltura por um mapa de siglas de Estado. Em seu celular, tem um selfie com a ministra Luiza Bairros. Wanderley e o irmão formam uma dupla sertaneja, "Cigano e Ciganito". Foi Ciganito quem comprou a TV para assistir à Copa do Mundo no acampamento.



Grandes projetos, um tormento na vida dos pobres [1], por Frei Gilvander Luís Moreira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.06.2014

Por Frei Gilvander Luís Moreira[2] para Combate Racismo Ambiental

Vivemos um tempo perigoso. O capitalismo, máquina de moer vidas, está funcionando a todo vapor triturando vidas de bilhões de pessoas e de outros seres da biodiversidade. Estamos em tempos de fundamentalismos, de céus povoados de anjos e entidades, de demônios por todos os lados, de gritaria de deuses, de promessas, de busca insaciável de bênçãos, de procissões, de peregrinações, de necessidade de expiação, de moralismos, de religiões sem Deus, de salvação sem escatologia, de cristianismos light, de libertações que não vão muito além da autoestima. Enfim, tempos de autoajuda, de dar um jeitinho para ir empurrando a vida.

Clamores ensurdecedores brotam dos porões da humanidade. A mãe Terra clama para ser salva, pois está sendo crucificada impiedosamente pelos grandes projetos capitalistas. Medo, insegurança e instabilidade atingem a todos. Atualmente insiste em imperar uma mística anti-evangélica do descompromisso com os pobres. Estes, além de empobrecidos, são marginalizados, injustiçados e acusados de serem os responsáveis primeiros pela sua situação de miséria. Inverte-se a realidade: os verdugos tentam parecer bons samaritanos. As vítimas são consideradas vagabundas, irresponsáveis e bagunceiras.

A estrutura de violência e de exclusão fragmenta multidões, deixando as pessoas em cacos. É hora de recompor os cacos em um grande e articulado mosaico. É hora de reintegrar as nossas forças e energias vitais.

Em 2014 no Brasil, e na maioria dos países do mundo, o povo vive sob as agruras e o tormento dos grandes projetos. Por aqui estes são executados em nome do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento -, no Nordeste, apelidado de Programa de Ameaça às Comunidades. Dentre os grandes projetos do PAC, os de maior impacto são: as grandes barragens e usinas hidrelétricas, como as de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia; a barragem e hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira, no Pará; a Transposição das águas do rio São Francisco; construção de vários portos e aeroportos e ampliação e modernização de outros; fusão de grandes empresas que concentram cada vez mais o capital e vão matando as pequenas empresas. Exemplos não faltam nas áreas de telecomunicações, de aviação, das construtoras, dos grandes supermercados, dentre muitos outros. Muitos pensam que esses projetos beneficiam todo o povo, mas, na realidade, tratam-se de infraestrutura para viabilizar o crescimento do capital, hoje primordialmente nas garras de empresas transnacionais. Quase sempre esses grandes projetos são realizados por grandes empresas, mas por meio de financiamento público, via BNDES[3].

A chegada de um grande projeto é sempre envolvida por campanha publicitária espetacular que anuncia estar chegando à região uma alavanca de desenvolvimento social, geradora de

CONT.



emprego e que não irá causar grandes males à já tão sofrida natureza, a biodiversidade e às pessoas. Chefes da política, da economia e até da religião são cooptados e muita gente seduzida. Assim, a massa acolhe esses projetos como se fossem benfeitores que trarão emprego e melhorias sociais, mas, logo, descobre que se gera poucos empregos e, muitas vezes, em condições análogas à de escravidão. Acontece o que ensina a fábula do Escorpião e o Sapo, que diz: um escorpião pede a um sapo que o leve através de um rio. O sapo tem medo de ser picado durante a viagem, mas o escorpião argumenta que não há motivo para o sapo temer tal traição, pois se picar o sapo, esse afundaria e o escorpião da mesma forma iria junto afogar. O sapo concorda e começa a carregar o escorpião, mas no meio do caminho, o escorpião, de fato, aferroa o sapo, condenando ambos. Quando perguntado por que, o escorpião responde que esta é a sua natureza. Isso mesmo: a natureza do capitalismo é aferroar vidas o tempo todo e cada vez com mais veneno. O funcionamento do capitalismo exige expansão, crescimento sem limites. Isso é impossível pois a natureza precisa de tempo para se recuperar das agressões. A mercadoria, base da acumulação do capital, destrói o ambiente e explora os trabalhadores. Portanto, não dá mais para acreditar que na nossa caminhada na vida o capitalismo seja a melhor companhia.

Por tudo isso, é um imenso desafio enfrentar o poder opressivo do capital diante desses mega projetos. Voltando o nosso olhar atentamente para as narrativas bíblicas, percebemos que o povo da Bíblia também experimentou na própria pele as agruras de grandes projetos. Resgatar um pouco do que foram esses grandes projetos e como o povo bíblico resistiu diante deles, talvez possa inspirar em nós táticas e estratégias para o enfrentamento aos grandes projetos de hoje. Isso é o que veremos nas próximas partes do Artigo "Grandes projetos na Bíblia e a Resistência do Povo".

Belo Horizonte, 23 de junho de 2014.

[1] Eis aqui a 1ª parte do Artigo publicado na Revista Estudos Bíblicos, Vol. 30, n. 120, out/dez 2013, pp. 339-358.

[2] Frei e padre da Ordem dos carmelitas; licenciado e bacharel em Filosofia pela UFPR; bacharel em Teologia pelo ITESP/SP; mestre em Exegese Bíblica pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, Itália; doutorando em Educação pela FAE/UFMG; assessor da CPT, CEBI, SAB e Via Campesina; conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos de Minas Gerais – CONEDH. gilvanderlm@gmail.com – www.gilvander.org.br – www.freigilvander.blogspot.com.br - www.twitter.com/gilvanderluis - facebook: Gilvander Moreira

[3] Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas o "social" está esquecido, desenvolve-se o econômico às custas do social.



Terra Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.06.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Com a finalidade de iniciar a construção do Centro de Cultura e Monitoramento Territorial, projetado para as margens do Ribeirão Botica, aldeia Irepxi, região central da Terra Indígena Apinajé, no último dia 18 de junho do corrente, o presidente da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ, Edmar Xavito Apinagé, assinou Termo de Contrato com empreiteira para construção da estrutura física aonde brevemente irá funcionar a sede da Associação PEMPXÀ.

A implantação do Centro de Cultura e Monitoramento Territorial faz parte de nosso Plano Permanente de Segurança e Proteção da Terra Indígena Apinajé, elaborado em parceria com a Fundação Nacional do Índio, durante oficina ocorrida no período de 11 a 14 de fevereiro de 2010 na aldeia Patizal, que contou com as participações dos Diretores e membros dos conselhos deliberativos, fiscal e consultivo da Associação PEMPXÀ, de indigenistas e servidores da FUNAI.

No local funcionará ambiente executivo para a gestão política, administrativa, social, cultural e de controle territorial da Diretoria da Associação PEMPXÀ e as coordenações de Segurança Alimentar, Ambiental, Cultural, Territorial e Apoio Institucional, dispostas nas DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL-PBA TIMBIRA, PARA OS POVOS E TERRAS INDÍGENAS: APINAJÉ, KRAHÔ, KRIKATI E GAVIÃO.

O investimento inicial será de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), que serão aplicados na construção de casa de alvenaria com área coberta de 200.00 m², telhado de cerâmica, assoalho de cimento; disposta para 1 sala para escritório, 1 sala de estar, 1 auditório, 1 cozinha, 2 banheiros e 1 depósito, com instalação de luz, de preferência energia solar, para abrigar a sede da Associação PEMPXÀ. Conforme cláusula contratual o prazo estabelecido para conclusão e entrega da obra é de 90 dias.

Em 2015, será construída outra casa de 320.00 m², no estilo tradicional (coberta de palha, assoalho de terra batida) para recepcionar Caciques, Consultores e Trabalhadores; o local será um Espaço de Convivência que também servirá para grandes reuniões, eventos e assembleias e nos arredores será erguida estrutura para sanitários e tanques de lavar roupa.

Será edificado ainda um prédio de alvenaria com área coberta de 120.00 m², telhado de cerâmica, assoalho de cimento, onde será instalado o Setor de Formação, Pesquisa e Comunicação, com salas para Cursos, Biblioteca, Radiofonia, Internet e Audiovisual, além de banheiros.

Considerando a aquisição de móveis e instalação de equipamentos de radiofonia, telefonia e internet, o custo final do projeto será de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

reais). A previsão é que, até final de 2016, a implantação do mencionado Centro de Cultura e Monitoramento Territorial seja integralmente concluída.

Terra Indígena Apinajé, 23 de junho de 2014.



Sem energia elétrica, tribo segue Copa pelo rádio de pilha

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 24.06.2014

Dois radinhos de pilha Made In China formam o elo dos xucurus da aldeia Mãe Maria com seu parente na seleção, o meia Paulinho. Cerca de 50 índios se aglomeraram para escutar os aparelhos. "É nosso irmão, é o xucuru da seleção", define o cacique Siba da reserva localizada em Pesqueira, no agreste pernambucano. Por lá não há água encanada nem energia elétrica nem sinal de celular.

Já no bairro Zé Rocha, na zona urbana do município, o feirante José Paulo Bezerra Maciel acompanha na TV e no sofá os lances da seleção e do camisa 8, que é quase homônimo dele, só acrescentando o "Júnior" no final. "Ele estando bem, eu estou bem. É meu filho de qualquer jeito jogando bem ou mal", fala em tom emotivo o pai que a vida acabou por distanciar do filho famoso.

Os traços de José Paulo não enganam. "Meus pais eram xucurus. E meus avós maternos se conheceram no mato", conta o pai do jogador. "Eu me orgulho dessa origem. Não sei se o Paulinho se orgulha", completa.

José Paulo saiu de Pesqueira com oito anos para morar com parentes na Vila Maria, em São Paulo. Lá trabalhou fazendo sandálias. E lá conheceu a mãe de Paulinho, uma vizinha de bairro que também era nordestina – de Delmiro Gouveia, Alagoas. Ficaram casados por 12 anos, tiveram dois filhos (Erik e Paulinho), mas logo após o nascimento do jogador se separaram.

José Paulo virou um pai de final de semana. Aparecia por uma hora, batia uma bola, conversava e ia embora. Em 2002, José Paulo voltou para Pesqueira para cuidar da mãe doente e se distanciou ainda mais: virou um pai de telefonemas ocasionais a partir que Paulinho tinha 13 anos de idade.

As brigas separam casais e também separam etnias. Os xucurus de Pesqueira viveram um grande conflito interno em 2003, com atentado contra o cacique, saques e a consequente expulsão de parte dos índios. Os cerca de 300 índios expulsos foram encaminhados para uma fazenda comprada pelo governo, mas o local improvisado tem estrutura quase nula.

O rio Ipanema corta a reserva Mãe Maria e corre para o sul para atravessar outra área indígena que também possui um jogador famoso como descendente. É a tribo fulniô do município de Águas Belas, de onde vieram os antepassados do mito Garrincha. Lá o fato curioso e revelador é que vários índios têm a mesma anatomia do "anjo de pernas tortas" que foi bicampeão mundial em 1958 e 1962.

Os xucurus e os fulniôs são povos que migraram da zona costeira do Nordeste para o agreste e sertão pressionados pela ocupação branca e a ameaça de escravidão desde o Brasil Colonial. A pressão por terras continuou e gerou uma diáspora indígena por todo o país. Os bisavós de

CONT.



Garrincha foram para Pau Grande (RJ), e os parentes de Paulinho foi parar na zona leste paulistana.

Em um país que se ufana da mistura de três raças, identificar os jogadores de origem branca ou negra é fácil. Mas rastrear as raízes indígenas de um atleta é um trabalho de detetive. Muitos futebolistas foram batizados profissionalmente como "Índio" - 20 foram registrados com essa denominação pela CBF em 10 anos. Porém, nem sempre por ter saído de uma aldeia: o ex-lateral-direito do Corinthians era um xucuru-cariri de Alagoas, mas o zagueiro colorado com mesmo nome ganhou o apelido só por seus cabelos compridos no início de carreira.

A herança autóctone de Garrincha só foi descoberta na apuração de sua biografia "Estrela Solitária", de Ruy Castro (1995). Já a de Paulinho foi rastreada por esta reportagem a partir de duas pistas.

O primeiro indício foi a aparência do meia. Com cabelo liso, olhos puxados, maçãs do rosto salientes e um nariz forte, as feições valeram o apelido de "Boliviano" em sua época de Corinthians.

A segunda evidência foi a aparição do pai de Paulinho em um jogo de 2012 em que o Corinthians enfrentou o Náutico no estádio dos Aflitos, em Recife. O semblante indígena do pai e a informação que ele era de Pesqueira, município em que os índios representam 15% da população e contam com três vereadores de sua etnia, fecharam a investigação.

Outros integrantes da seleção, como Neymar, Hulk, Thiago Silva e Daniel Alves, parecem ter uma porção indígena em sua genética, mas a de Paulinho é diretíssima, afinal, seu pai é puro sangue xucuru. "Meus parentes falavam o idioma deles, mas eu não aprendi e sai muito cedo de casa", relata José Paulo.

O Brasil tem 240 povos indígenas, com 180 línguas diferentes, somando quase 900 mil pessoas, sendo que a metade delas vive nas áreas amazônicas. Mas há muitos nativos no semiárido nordestino. O cálculo é que vivam mais de 9.500 xucurus nos 27,5 mil hectares da maior reserva Nordeste, com 24 aldeias na serra do Ororubó.

O cacique Marquinho Xucuru, líder máximo desse território, esteve presente nos protestos em Brasília no final de maio quando a Taça Fifa visitou a capital. Houve confronto com a polícia, e a exibição do troféu foi interrompida. Por essa postura contrária ao Mundial de futebol, Marquinho se recusou receber a equipe do UOL na reserva para falar de Copa do Mundo e do jogador descendente.

Já a reserva Mãe Maria promoveu até uma dança do "toré" durante o empate do Brasil e México para invocar os espíritos para ajudar a seleção brasileira e Paulinho. "Que nosso pai Tupã e nossa mãe Tamaim guiem o Paulinho nesta Copa até o caminho da vitória", pediu o vereador Biá (PSC) e irmão do cacique local. A seleção brasileira está precisando de reforço de todo tipo, até a ajuda espiritual dos xucurus.

Fonte: Rodrigo Bertolotto, do UOL, em Pesqueira (PE)



O eterno questionamento aos direitos indígenas em demarcações

SÍTIO CEDEFES, 24.06.2014

A culpa do genocídio de povos indígenas no Brasil é do direito fundamental às suas terras tradicionais?

O sub-procurador da República, Dr. Eugênio Aragão, ao participar da audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215/00, no último dia 11 de junho, questionou o paradigma demarcatório de terras indígenas, vigente no Brasil, e defendeu a tese segundo a qual "o modelo atual, a toda evidência, está apresentando sinais claros de esgotamento". Defendeu a referida tese com o argumento de que "mesmo quando o Poder Executivo, depois de longuíssimas tramitações, consegue promover a demarcação de uma área indígena, a reação imediata é a judicialização do respectivo ato administrativo, o que leva a um impasse em que não se vai nem pra frente nem pra trás". Um argumento evidentemente falacioso, haja vista a existência de diversos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas paralisados sem que exista qualquer impedimento judicial para tanto. Ou seja, o motivo da paralisação, no caso, é político e causado pela opção governamental e pela "pressão" de atores políticos e econômicos bem conhecidos de todos, dentre os quais os representantes do latifúndio, a bancada ruralista, para quem Aragão discursava.

Para além da falácia, no entanto, o sub-procurador avançou na argumentação, por um caminho que, julgamos, malicioso, desrespeitoso e ultra ideológico. Segundo ele o genocídio contemporâneo dos povos indígenas tem sua raiz motivacional no direito fundamental dos povos às suas terras tradicionais, conforme assegurado pelo texto constitucional de 1988. Isso porque, segundo ele, fazendo eco aos argumentos ruralistas "o processo concebido na Constituição, no artigo 231, é um processo unilateral. É um processo em que a administração pública, ex-offício, identifica e demarca as áreas, olhando sobretudo apenas em uma direção, a direção do bem estar do indígena. O problema é que ao longo dos anos foi-se percebendo que essa visão unilateral, de só se olhar para a população indígena, esquecendo as circunstâncias, levaram, na verdade, eu posso dizer com a maior tranquilidade, a uma política genocida. Porque na medida em que a gente olha só para um lado do problema, todos os outros que estão excluídos da atenção do poder público produzem ressentimento. E o ressentimento acaba levando à estigmatização e a estigmatização, por sua vez, acaba levando ao genocídio".

Ora, além de incompatível com o arcabouço jurídico que envolve o procedimento de demarcação, uma vez que o elemento do contraditório é amplamente respeitado, tanto no campo administrativo, quanto no campo do Poder Judiciário, o argumento defendido pelo Dr. Eugênio, ideológica e maliciosamente, esconde os verdadeiros sujeitos político-econômicos responsáveis pelo atual quadro de genocídio dos povos indígenas no país. Como fica evidente no argumento, Aragão admite a existência de genocídio de povos indígenas no país, mas, além de esconder os sujeitos responsáveis pelo genocídio, o mesmo, desrespeitosamente, o legitima uma vez que seria, como que natural, que o "ressentimento" produzido pelo arguido

CONT.



unilateralismo produziu a “estigmatização” e que, conseqüentemente, levasse ao genocídio.

O argumento em questão causa-nos, como não poderia deixar de ser, profunda indignação, e se enquadra na típica estratégia da culpabilização da vítima. Segundo ele, os povos indígenas seriam vítimas do genocídio porque ousaram lutar e conseguiram assegurar o reconhecimento do direito às suas terras tradicionais no texto Constitucional do Estado brasileiro.

O que defendemos é exatamente o contrário da opinião do sub-procurador. É a efetivação do direito fundamental às suas terras tradicionais que suplantará o quadro de genocídio de povos indígenas no Brasil. O genocídio de povos indígenas no Brasil precede o texto Constitucional vigente em nosso país. O genocídio de povos indígenas não se justifica e não se legitima sob qualquer hipótese. O genocídio de povos indígenas no Brasil é efetivado por sujeitos político-econômicos bem conhecidos, tais como, dentre outros, latifundiários, usineiros, empreiteiras, mineradoras. Em cada região e período histórico de nosso país, atuaram e atuam com avareza na perspectiva de se apossar e explorar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos.

Os povos indígenas têm o direito à vida e o direito à vida precede o direito de propriedade. Os não-índios, ocupantes de terras indígenas, além de receberem pelas benfeitorias construídas sobre essas terras, têm direito à justa indenização dos títulos de propriedade de boa fé, por parte dos entes federados responsáveis pela sua emissão. Além disso, a legislação vigente no Brasil estabelece ainda o direito ao devido reassentamento aos ocupantes. O reassentamento, por sua vez, deve ser feito com a desapropriação dos latifúndios, que, infelizmente, se perpetuam em favor de poucos e devido aos genocídios provocados, aos privilégios históricos e à super-representação do setor no Congresso Nacional e noutros espaços de poder do Estado brasileiro.

Ao atacar o direito fundamental dos povos indígenas às suas terras tradicionais com os argumentos acima destacados, ataca-se também o direito dos não-indígenas ao devido reassentamento. Dessa maneira, faz-se a dupla defesa do latifúndio e da concentração fundiária cada vez maior em nosso país, objetivo central da estratégia ruralista ao defender a aprovação da PEC 215/00. Talvez seja este o motivo pelo qual Aragão, em momento algum de sua explanação, tenha feito referência à nota técnica produzida pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, órgão setorial da Procuradoria Geral da República que trata de temáticas indígenas. Leia aqui a nota, que explicita a inconstitucionalidade da referida Proposta de Emenda Constitucional.

Brasília, DF, 17 de junho de 2014.

Fonte: Cleber César Buzatto do CIMI - Conselho Indigenista Missionário

Delegado afirma: soltura dos índios prejudicou toda investigação sobre a morte dos agricultores em Faxinalzinho

SÍTIO JORNAL BOA VISTA, 24.06.2014

Na madrugada de domingo um intenso foguetório foi realizado no acampamento do Kandóia



Em entrevista para a Rádio Uirapuru em Passo Fundo na tarde desta segunda-feira, 23 de junho, o Delegado Mario Luiz Vieira (foto) afirmou estar espantado e preocupado com a decisão tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que determinou a soltura dos cinco indígenas acusados de participar do brutal assassinato dos dois agricultores em Faxinalzinho.

O Delegado coordenou a grandiosa operação desencadeada no dia 09 de maio, onde resultou na prisão dos indígenas identificados como Deoclides de Paula, Celinho de Oliveira, Daniel Rodrigues Fortes, Nelson Reco de Oliveira e Ronildo de Paula.

O bando é acusado de ter executado na tarde do dia 29 de abril, os irmãos Anderson Souza, de 27 anos e Alcemar Souza, de 41 anos.

O crime ocorreu na estrada do Coxilhão, na localidade de Nossa Senhora Aparecida, interior daquele pequeno município.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

Na tarde do último sábado (21) o juiz de plantão da Justiça Federal de Erechim cumpriu a determinação do STJ que havia sido assinada pelo ministro Rogério Schietti Cruz, liberando os indígenas que estavam recolhidos na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

De acordo com os moradores de Faxinalzinho, na madrugada desse domingo (22) um intenso foguetório foi realizado no acampamento do Kandóia.

O Delegado ressaltou que as investigações continuam, porém as dificuldades aumentam devido os acusados serem líderes da comunidade indígena e possuem notória capacidade de influenciar os demais, ocultando provas e intimidando testemunhas durante o inquérito policial, sendo que este prossegue em segredo de justiça.

Informações são de que a qualquer momento possa ocorrer outro conflito entre os índios e os agricultores, devido os ânimos estarem ainda mais acirrados na região de Faxinalzinho.

Fonte: Rádio Uirapuru/Passo Fundo.



Documentário revela dificuldades dos índios guarani na atualidade

SÍTIO ADITAL, 24.06.2014

Agrotóxicos, intervenção da indústria pecuária e agrícola, ganância e políticas excludentes estão entre alguns dos novos inimigos dos guerreiros guaranis, que, mesmo em condições adversas, permanecem resistindo. É sobre esse cenário de lutas por terras, por reconhecimento de direitos e respeito aos indígenas e camponeses que o documentário "Em busca da terra sem veneno" é apresentado.

O documentário traz depoimentos de líderes das tribos guaranis, do líder do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], João Pedro Stédille; do ator portorriquenho Benicio Del Toro e de agricultores, que apontam as causas para o desastre da falta de reforma agrária no Brasil, da falta de demarcação de terras e do uso insano de agrotóxicos na agricultura.

Os índios guaranis que, à época colonial, sofriam com a exploração dos colonizadores europeus sofrem agora com a exploração e intervenção de colonizadores modernos, de latifundiário, de políticos e com a invasão de suas terras por produtores agrícolas. Apesar de todas as ameaças os índios buscam novas terras sem males e sem veneno para a sobrevivência de sua gente.

Os depoimentos dos índios guaranis, que apontam que não há demarcação de terras no país, apenas promessas do governo federal e dos governos municipais, e as ameaças dos mercados de produção de soja, o perigo dos agrotóxicos nas aldeias e criação de gado no Estado do Mato Grosso são condições vividas pela população indígena.

O documentário mostra trechos de uma palestra ministrada por João Pedro Stédille, do MST, em que relembra as origens da colonização e a necessidade de se fazer uma verdadeira reforma agrária no Brasil. O líder Sem Terra traça um paralelo da atual exploração com a colonização e com o capitalismo moderno, e apresenta as reformas agrárias bem sucedidas feitas nos Estados Unidos, Europa e Japão. Outros depoimentos apontam que não há reforma agrária de verdade no Brasil e que o Brasil nunca fez nada para mudar de fato a situação.

Críticas feitas ao governo de Lula e a outros governos que tiveram chances de concretizar uma reforma agrária justa no país não são poupadas e fazem refletir sobre os empecilhos provocados pelos detentores do poder e pela camada burguesa brasileira, que insiste em concentrar renda ao invés de desenvolver um mercado consumidor mais amplo.

Para assistir ao documentário acesse:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=-u3_D-d5sAw

Ficha técnica:

Título: Em busca da terra sem veneno

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

Gênero: Documentário

Duração: 39 minutos

Direção e roteiro: Noilton Nunes

País : Brasil



Assejuv leva projeto Juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó
SÍTIO VEJA POLÍTICA, 24.06.2014

Na ocasião, discutiu-se também políticas públicas de juventude indígena

O Assessor Especial da Juventude, Thiago Higino, esteve no município de Feijó para participar de reunião com a Associação da Juventude Indígena e para levar o projeto juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó.

O projeto Juventude na Comunidade é desenvolvido pela Assessoria Especial da Juventude (Assejuv), nos bairros da capital e municípios do Acre, com o objetivo de levar esporte e lazer para os jovens.

Além de incentivar a prática de esportes na comunidade indígena de Feijó, a Assejuv participou de reunião, na qual discutiu sobre políticas públicas de juventude indígena para aquela comunidade e para fazer um debate preliminar sobre o primeiro Encontro Estadual de Juventude indígena, prevista para o próximo mês.

A reunião aconteceu na quinta-feira (19), no período da manhã e o projeto Juventude na Comunidade, no período da tarde. "Em Feijó, construímos parcerias, firmamos compromissos e rompemos limites por uma política efetiva de garantia de direitos aos que mais precisam!", declarou Thiago Higino.



Projeto alternativo auxilia comunidades paraenses na formulação do Cadastro Ambiental Rural

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

Declarações falsas de latifundiários sobre posse de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades geram impasse na demarcação de territórios quilombolas. Projeto exige mais elementos na elaboração do Cadastro

Terra de Direitos

Na última semana, seis comunidades quilombolas do estado do Pará foram contempladas com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) para acelerar a demarcação de territórios quilombolas no Brasil. No entanto, o cadastro não foi obtido pelo modo convencional. Foi necessário um projeto alternativo para que as comunidades conseguissem elaborar o CAR, já que latifundiários e madeireiros estavam reivindicando a posse de terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades.

A formulação do cadastro é declaratória, ou seja, pode ser feita por qualquer pessoa referente a qualquer lugar. Esse mecanismo cria uma corrida desigual para a obtenção do CAR: de um lado, estão as madeireiras e os latifundiários que investem grandes recursos para formulá-lo; de outro, comunidades quilombolas, tradicionais e indígenas que travam uma luta histórica pela demarcação de seus territórios. Por conta dos recursos investidos, os latifundiários são os que conseguem declarar posse dessas terras mais rapidamente, gerando impasses na identificação dos territórios.

Para garantir a participação das comunidades tradicionais da região de Santarém no processo de declaração do uso da terra através do CAR, o STTR propôs que o projeto de formulação do Cadastro tivesse que apresentar obrigatoriamente elementos fundiários e ambientais relevantes.

O Cadastro é um documento declaratório do uso de áreas rurais que discrimina as áreas de reserva legal, área de preservação permanente e a área de uso intensivo e assim permite em tese o controle sobre irregularidades ambientais. A obrigatoriedade desse documento já existia no Pará e foi nacionalizada pelo texto do novo Código Florestal.

A obrigatoriedade do CAR, entretanto, é alvo de críticas pelos próprios movimentos camponeses pela dificuldade de obtê-lo, além da importância indevida que adquiriu para o recebimento de crédito em instituições financeiras e para órgãos públicos que exigem sua apresentação para o acesso a políticas públicas.

O CAR para as comunidades da Rodovia Curua-Uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

A maior parte das seis comunidades fica na região conhecida como Gleba Ituqui e, apesar de estarem localizadas perto das áreas de assentamento, são ainda de posseiros sem nenhum reconhecimento de sua posse. Para os moradores da comunidade Sagrado Coração de Jesus, no km 68 da PA-370, a elaboração do CAR é uma conquista apesar dos seus limites. A identificação das formas de uso e destinação da terra promoveu um debate sobre as técnicas de agricultura utilizada pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que preenche uma obrigação pelo Estado. No entanto, a elaboração do CAR só foi possível pela iniciativa do projeto, do contrário não conseguiriam adquiri-lo.

O projeto até agora

A equipe técnica responsável pelo projeto iniciou seus trabalhos em 2013. Desde então, a maioria dos CAR entregues foram da modalidade 'coletiva', em adequação aos territórios descritos. Os sujeitos envolvidos foram agroextrativistas, ribeirinhos e quilombolas. Durante o trabalho foram identificadas várias declarações falsas feitas aos órgãos ambientais por madeireiros, sojeiros e grandes empresas. Os órgãos responsáveis já foram informados.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Pedro Martins.

Protesto na abertura da Copa rende apoio internacional para causa indígena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014



Daniel Mello – Repórter da Agência Brasil

Com apenas 13 anos de idade, o guarani Werá Jeguaka Mirim conseguiu chamar a atenção do mundo todo para a causa indígena no Brasil. O jovem foi um dos índios convidados para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo. Com uma faixa escondida dentro da roupa, Werá driblou a segurança do evento e aproveitou a ocasião para pedir agilidade na demarcação das terras indígenas. As fotos sobre o protesto feito dentro da Arena Corinthians, zona leste paulistana, rodaram o mundo.

O pai dele, o escritor indígena Olívio Jekupe, conta que tem recebido moções de apoio de diversas partes do mundo. "Recebi muitas mensagens depois disso: índios dos Estados Unidos e pessoas de vários países da Europa, elogiando", contou ao receber a reportagem da Agência Brasil na Aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, extremo sul da capital paulista. "O mundo todo está querendo saber o que é demarcação. Eles estão acompanhando lá na Europa e não sabiam o que é demarcação. E agora a palavra demarcação está rodando o mundo todo", comemorou.

Durante a entrevista, concedida minutos antes do jogo da seleção brasileira contra Camarões, uma jornalista de uma rádio alemã aguardava na aldeia pela oportunidade de conhecer Werá. O jovem, entretanto, saiu de casa sábado (21) e ainda não tinha voltado. Ele foi conhecer o grupo de rap Racionais Mcs, uma recompensa conseguida pela Comissão Guarani Yvyrupa pelo feito durante a abertura do Mundial. Olívio disse que antes a imprensa francesa também tinha procurado o jovem, sem sucesso.

CONT.



“Qualquer hora ele aparece”, falou tranquilo Olívio, acrescentando que provavelmente o adolescente está em outra aldeia guarani, na zona norte da cidade. “Ele falou que vem hoje. Mas aqui não é que nem na cidade, em que você marca um horário e se a pessoa não chega você fica desesperado”, compara. Porém, o pai nem sempre age de maneira tão despreocupada em relação ao filho. Um dia antes da abertura da Copa, Werá cortou o pé em um caco de vidro, jogando futebol. “Ele quis ir de qualquer jeito [à abertura]. Ainda mais porque é corintiano. Mas, eu fiquei preocupado, porque abriu um corte desse tamanho no pé dele”, relata mostrando com os dedos a extensão do ferimento.

Naquele dia, Olívio ainda não sabia dos planos para o protesto feito pelo filho. Mas, assim que recebeu a foto, o pai foi um dos principais responsáveis por divulgar a manifestação. Segundo Olívio, antes de saberem do ato, muitas pessoas criticaram a presença dos índios na abertura do Mundial. “Como se a gente fosse pelego, que não está preocupado”, conta ao mostrar orgulhoso o quarto onde o filho dorme. Na parede de madeira está pregada a credencial usada na cerimônia. Sobre a mesa, uma pequena televisão que Olívio ligou para assistir ao jogo do Brasil. “A Copa a gente não vê como algo prejudicial, porque para o mundo todo a Copa é uma forma de lazer. O futebol, que é uma coisa mundial, também é comum dentro das aldeias indígenas”, explica.

“O que nós somos é contra a injustiça que o governo tem feito contra a gente em todas as áreas. A gente está com um problema sério com a demarcação das terras indígenas. E os índios estão revoltados no Brasil, porque nossos parentes vão a Brasília e não são bem tratados lá”, continuou. Apesar da presença do esporte nas comunidades, Olívio reconhece que os índios não compartilham a empolgação vista nas cidades com a Copa. “Não é igual na cidade, na aldeia é mais calmo. Cada um na sua casa, devem estar assistindo o Brasil, mas não são agitados igual o povo da cidade”, analisou.

Do lado de fora da casa, sua esposa, Maria Kuruxu, mãe de Werá, trabalhava na confecção de um pau-de-chuva. Mesmo com o início da partida, não fez menção de lagar a construção do instrumento musical. Na aldeia não se ouvia nenhum som, além dos barulhos típicos da mata. Olívio contou que eventualmente os guaranis até assistem os jogos reunidos. Mas, apesar dos quatro gols que deram a vitória ao Brasil, a Aldeia Krukutu permaneceu em silêncio durante o jogo de ontem (23). Lá, os guaranis reivindicam há 12 anos a ampliação da área de 26 hectares e onde vivem cerca de mil pessoas.



Comunidades tradicionais litorâneas correm risco de desaparecer

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

Isabela Vieira – Repórter da Agência Brasil

Comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que vivem no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo correm o risco de desaparecer. Elas sofrem com a grilagem de terras na Serra do Mar, com o turismo de escala e com a falta de políticas públicas, como educação e infraestrutura. Para chamar a atenção sobre esses grupos, o Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba lança sábado (28) a campanha “Preservar é resistir- Em defesa dos territórios tradicionais”. O lançamento será em Ubatuba.

De acordo com o integrante do fórum Wagner do Nascimento, um dos principais problemas na região é a sobreposição de unidades de conservação nas comunidades. Ele diz que a situação “engessa” a população e desassocia o homem da natureza, fator que garantiu a sobrevivência desses grupos até hoje. Na região, moradores e especialistas querem a recategorização das unidades para parque estadual ou reserva extrativista – modalidade criada pelo ambientalista Chico Mendes.

O vice-presidente da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, na Reserva da Juatinga, Francisco Xavier Sobrinho, explica que, na prática, morar em uma reserva significa ficar impedido de usar a natureza para sobreviver. Não se pode construir casas de barro, prática agroecológica, as tradicionais canoas caiçaras – esculpidas em um único tronco -, plantar e pescar. “ Precisamos resistir para continuar aqui e assegurar o que temos para as novas gerações”, disse.

Na divisa dos estados, o fórum destaca que a legislação atual prejudica as comunidades quilombolas Cambury e Fazenda Caixa, dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Serra do Mar. Em ambas, as práticas culturais são reprimidas. “Ou seja, a pessoa vive na pobreza em um território rico porque está impossibilitada de viver com dignidade, conforme suas gerações passaram”, lembrou.

Mais próximo da cidade histórica de Paraty, o fórum denuncia que a sobreposição de unidades de conservação não permite a chegada de energia elétrica e a pavimentação de estradas originais, para não causar impacto ambiental. A situação afeta comunidades caiçaras na costa e indígenas da Aldeia Araçá. Vivendo em uma área apertada, o grupo tem dificuldade de acesso à água, a serviços de saúde, está superlotada e tem problemas com o descarte adequado de lixo.

“Os indígenas têm o território, que originalmente é deles, ameaçado pela especulação imobiliária para a abertura de novas áreas para condomínios e pousadas”, disse Wagner.

Outro problema causado pela especulação imobiliária é a restrição imposta por condomínios de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2014

Brasília, 24 de junho de 2014.

luxo a caiçaras de praias como a do Sono, que perderam o acesso ao mar. Agora, precisam passar por dentro do condomínio, em uma carro cedido pelos administradores para chegar aos barcos. O turismo na costa e em áreas de berçários de peixes, como o Saco do Mamangá, também avança e está entre as preocupações do fórum, em defesa da pesca artesanal.

Para mostrar como vivem, as comunidades fizeram um vídeo de cerca de dez minutos que lançam junto com a campanha "Preservar é resistir", na festa de São Pedro Pescador, sábado (28).